



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AM

ANEXO III

PE 90001_/2025 - SR/PF/AM

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO N. XX/2025

Modelo de Autorização para a Utilização da Garantia e de Pagamento Direto
(conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017)

_____, (identificação do licitante), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ (nome do representante), portador da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins estabelecidos na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta em conta vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial;

3) que o CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

_____, _____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

(NOME DA EMPRESA), _____, (Nº do CNPJ), sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, firmado abaixo, DECLARA sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, referentes ao PE 90001_/2025 - SR/PF/AM da Polícia Federal.

_____, (localidade) _____, em _____ de _____ de _____.

(assinatura)

(nome por extenso)

(cargo)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

PROCESSO: _____
PE 90001__ /2025 - SR/PF/AM

DECLARAÇÃO

NOME _____ **DA** _____ **EMPRESA** _____
_____ **CNPJ** _____ **sediada** _____ **(endereço**

completo), declaro sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaro também que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).
(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
(CPF nº)
(cargo)
(nome da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INC. III DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital de Pregão nº 90001/2025, DECLARA, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal menor de 19 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inc. XXXIII do artigo 7º da Constituição da República de 1988.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).
(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
(CPF nº)
(cargo)
(nome da empresa)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital de Pregão nº 90001/2025, DECLARA, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no Inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
(CPF nº)
(cargo)
(nome da empresa)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTOS NO ART. 93 DA LEI 8.213 DE 1991

(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital de Pregão nº 90001/2025, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados neste Pregão Eletrônico.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).
(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
(CPF nº)
(cargo)
(nome da empresa)

ANEXO IX

ASSINATURA EXTERNA SEI
PE 90001___/2025 - SR/PF/AM

PORTARIA Nº 14.245-DG/PF, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Estabelece o funcionamento do SEI-PF para a gestão de processos administrativos por usuários externos

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012; na Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014; e na Portaria Interministerial nº 1.677, de 7 de outubro de 2015; resolve:

Art. 1º Estabelecer o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI-PF para a gestão de processos administrativos por usuários externos.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para o disposto nesta portaria, consideram-se as seguintes definições: I - documento: unidade de registro de informações, independentemente do formato, do suporte ou da natureza; II - documento digital: informação registrada e codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser: a) nato-digital: documento criado originariamente em meio eletrônico; ou b) digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital; e III - usuário externo: indivíduo que mediante cadastro prévio está autorizado a assinar documentos externamente em nome próprio ou na qualidade de representante de pessoa jurídica ou de pessoa natural.

Art. 3º O cadastro como usuário externo é um ato pessoal, intransferível, indelegável e será feito remotamente e validado mediante a apresentação do original dos documentos:

I - documento de identificação civil, no qual conste o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF; e

II - Declaração de Concordância e Veracidade (Anexo I).

§ 1º O cadastro prévio deverá ser feito de modo remoto, pelo endereço https://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.

§ 2º Após o cadastro digital, serão encaminhadas ao requerente instruções para ativar o cadastro para o endereço de e-mail informado na página de cadastro de usuário externo.

§ 3º Ao se dirigir à unidade de protocolo de superintendência regional ou à delegacia descentralizada da Polícia Federal, será exigida a apresentação do documento original de identificação civil, acompanhado do original ou cópia autenticada de Declaração de Concorrência e Veracidade (Anexo I) assinado.

§ 4º Alternativamente, os documentos referidos nos incisos I e II poderão ser:

I - entregues por terceiro, mediante a apresentação de procuração conferindo poderes específicos para o ato;

II - enviados pelo correio à unidade da Polícia Federal; ou

III - enviados por e-mail, exigindo-se, no caso de Declaração de Concorrência e Veracidade (Anexo I), que esteja assinado com certificado digital ICP-Brasil válido.

§ 5º Os documentos apresentados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

§ 6º A Polícia Federal poderá aceitar os cadastros de usuários externos realizados em plataforma do governo de cadastro centralizado, de identificação digital de pessoas físicas e jurídicas.

§ 7º A Polícia Federal poderá solicitar documentação complementar para efetivação do cadastro.

§ 8º O cadastro como usuário externo importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico da Polícia Federal, conforme previsto nesta Portaria e no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

§ 9º A unidade de protocolo de superintendência regional ou a delegacia descentralizada da Polícia Federal, após conferência da documentação exigida, incluirá os documentos digitalizados em processo específico no SEI-PF.

§ 10. O usuário externo já registrado no SEI-PF deverá apresentar à unidade de protocolo de superintendência regional ou à delegacia descentralizada da Polícia Federal a Declaração de Concorrência e Veracidade (Anexo I) e documentação complementar no prazo máximo de trinta dias corridos.

§ 11. Caso ocorra identificação de indício de irregularidade, a qualquer momento o usuário externo poderá ter a liberação suspensa até a verificação.

§ 12. A alteração do e-mail cadastrado pelo usuário externo poderá ser realizada:

I - presencialmente pelo interessado mediante a apresentação do Formulário de Solicitação de Alteração do E-mail Cadastrado (Anexo II); ou

II - pelo envio de cópia autenticada do Formulário de Solicitação de Alteração do E-mail Cadastrado (Anexo II) com reconhecimento de firma em cartório:

a) à unidade de protocolo de superintendência regional; ou

b) à delegacia descentralizada da Polícia Federal.

Art. 4º A liberação para acesso externo, bem como suas alterações, será proposta pelas unidades responsáveis pelos processos administrativos perante a unidade de Protocolo de superintendência regional ou à delegacia descentralizada da Polícia Federal, obedecendo ao seguinte:

I - as unidades de protocolo de superintendência regional ou a delegacia descentralizada da Polícia Federal receberão os pedidos das unidades responsáveis pelos processos administrativos e farão a liberação do cadastro do usuário externo no SEI-PF; e

II - o controle das autorizações de acesso dos usuário externos deverá ser feito pelas unidades responsáveis pelos processos administrativos.

Art. 5º O cadastro de representante como usuário externo é:

I - obrigatório para fornecedores que tenham ou que pretendam ter contrato de fornecimento de bens ou serviços com a Polícia Federal, ressalvados os casos em que o órgão figure como usuário de serviço público; e

II - opcional para os demais casos.

Art. 6º O cadastro de representante como usuário externo permitirá assinar:

I - contratos;

II - convênios;

III - termos;

IV - acordos; e

V - outros instrumentos congêneres celebrados com a Polícia Federal.

Art. 7º É de exclusiva responsabilidade do usuário externo:

I - manter em sigilo a senha de acesso; e

II - informar o e-mail pessoal com o nome da pessoa cadastrada.

§ 1º O e-mail informado pelo usuário externo constitui login para efetuar a assinatura eletrônica de documentos públicos, e, por isso, trata-se de informação de caráter pessoal e intransferível.

§ 2º Em quaisquer hipóteses não serão aceitas alegações de uso indevido de senha de usuário externo.

CAPÍTULO III DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 8º Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI-PF terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, por meio da assinatura eletrônica na modalidade assinatura cadastrada, mediante login e senha de acesso do usuário.

§ 1º A assinatura cadastrada a que se refere o caput é de uso pessoal e intransferível, cabendo, portanto, ratificar que são de responsabilidade

do titular sua guarda e sigilo.

§ 2º A autenticidade de documentos produzidos no SEI-PF pode ser verificada em página própria no endereço eletrônico https://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O uso inadequado do SEI-PF ensejará apuração de responsabilidade, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Administração - CGAD/DLOG/PF.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

ANEXO I DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE POLÍCIA FEDERAL DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI-PF)

NOME COMPLETO E SEM ABREVIATURAS:

REGISTRO GERAL (IDENTIDADE): CPF:

E-MAIL: TELEFONE(S) COM DDD:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CIDADE/UF: CEP:

DECLARO que

DECLARO que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI-PF, não sendo cabível, em hipótese alguma, a alegação de uso indevido;

II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de cadastro de usuário externo, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a conservação dos documentos originais em papel referentes aos digitalizados pelas unidades de protocolo de superintendência regional ou delegacia descentralizada da Polícia Federal, até que decaia o direito da administração pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à Polícia Federal para qualquer tipo de conferência;

IV - a observância dos períodos de manutenção programada — que serão realizadas preferencialmente no período da zero hora dos sábados às vinte e duas horas dos domingos ou da zero hora às sete horas nos demais dias da semana — ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema; e

V - a realização do cadastro como usuário externo no SEI-PF da Polícia Federal e a entrega deste documento implicará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme previsto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade/UF data mês ano

Assinatura do Usuário

ANEXO II FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO E-MAIL CADASTRADO POLÍCIA FEDERAL SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO E-MAIL CADASTRADO CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI-PF)

NOME COMPLETO E SEM ABREVIATURAS:

REGISTRO GERAL (IDENTIDADE):

CPF:

SOLICITO A ALTERAÇÃO DO E-MAIL INFORMADO EM MEU CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO JUNTO À POLÍCIA FEDERAL

E-MAIL ANTERIOR:

NOVO E-MAIL:

MOTIVO:

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade/UF data mês ano

Assinatura do Usuário

ANEXO X

INVESTIGAÇÃO SOCIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 175-DG/PF, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

Disciplina procedimentos para verificação, cadastro e acompanhamento do Pessoal Não Integrante do Quadro Permanente da Polícia Federal.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; e tendo em vista o inciso I do art. 13 da Instrução Normativa nº 26-DG/PF, de 23 de março de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 56, de 24 de março de 2010; resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Disciplinar procedimentos para verificação, cadastro e acompanhamento do Pessoal Não Integrante do Quadro Permanente - PNIQ da Polícia Federal.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - fiscal do contrato: servidor designado para acompanhamento de prestação do serviço; II - unidade contratante: ordenador de despesas;

III - unidade interessada: local onde efetivamente ocorrerá a prestação do serviço e/ou o estágio; e

IV - PNIQ:

a) empregados das empresas prestadoras de serviço;

b) estagiários;

c) servidores cedidos de outros órgãos; e

d) demais indivíduos não integrantes do quadro permanente e que possam desenvolver suas atividades junto às unidades da Polícia Federal.

CAPÍTULO II DO CADASTRAMENTO DOS CANDIDATOS A ATUAR NO ÂMBITO DA POLÍCIA FEDERAL

Art. 3º Será exigido — ainda que em regime temporário de trabalho — de todos os candidatos a atuar no âmbito da Polícia Federal:

I - ficha cadastral (conforme modelo constante no Anexo I), a qual deverá ser:

a) preenchida manualmente pelo candidato;

b) digitalizada pelo responsável pelo recebimento da documentação;

c) inserida nos sistemas SEI-PF ou SICAD; e

d) enviada eletronicamente: ao fiscal do contrato, no caso dos empregados de empresas prestadoras de serviços; à unidade de recursos humanos responsável, no caso dos estagiários; ou ao chefe da unidade interessada, nos casos de servidores cedidos por outros órgãos e demais indivíduos não integrantes do quadro permanente que desenvolvam as atividades junto às unidades da Polícia Federal.

II - currículo atualizado em formato PDF pesquisável; e

III - as seguintes certidões, as quais podem ser obtidas na Internet:

a) Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Polícia Federal;

b) Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral; e

c) Certidão Negativa emitida pela Justiça Federal; e

d) Certidão Negativa dos locais onde residiu nos últimos cinco anos: emitida pela respectiva Justiça Estadual; ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Somente será aceita certidão dentro do prazo de validade ou, caso não possua prazo expressamente estabelecido, expedida, no máximo, nos noventa dias anteriores à data da entrega.

§ 2º A qualquer tempo, a Polícia Federal poderá solicitar outros documentos necessários para:

I - comprovação de dados; ou

II - esclarecimento de fatos envolvendo o candidato.

Art. 4º No caso dos estagiários — além da ficha cadastral e das certidões exigidas no art. 3º —, serão exigidos:

I - documento de identificação oficial com foto, que pode ser:

- a) Carteira de Identidade;
- b) passaporte; ou
- c) Carteira de Trabalho;

II - CPF (apenas no caso de não constar o número do CPF no documento de identificação apresentado);

III - título de eleitor ou Certidão de Quitação Eleitoral;

IV - Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa do Serviço Militar, para os homens;

V - comprovante de residência;

VI - comprovante bancário em seu nome (obrigatório ser do tipo conta salário em instituição bancária com abrangência nacional, exceto bancos cooperativos), o qual pode ser:

- a) extrato bancário;
- b) cópia do cartão; ou
- C) cópia do contrato de abertura de conta salário;

VII - Termo de Responsabilidade (Anexo II);

VIII - declaração de não parentesco com servidor do órgão; e

IX - assinatura do Termo de Compromisso de Estágio assinado pelas partes envolvidas.

§ 1º Em razão de o processo seletivo para contratação do estagiário ocorrer em momento anterior ao seu cadastramento, a documentação poderá ser apresentada em prazo inferior a trinta dias.

§ 2º Os estagiários somente iniciarão suas atividades com a apresentação de toda a documentação exigida, não se aplicando a duração do prazo do parágrafo único do art. 6º.

§ 3º Para a contratação do estagiário, é necessário:

I - em relação à documentação exigida:

- a) conferi-la;
- b) digitalizá-la; e
- c) arquivá-la em formato PDF;

II - fazer o cadastramento no sistema SIAPE; e

III - gerar os assentamentos funcionais digitais do estagiário

Art. 5º No caso dos servidores cedidos à Polícia Federal, serão exigidos apenas:

I - ficha cadastral preenchida; e

II - cópias dos assentamentos funcionais ou declaração de idoneidade (Nada Consta) do órgão cedente.

Art. 6º Quando os trâmites licitatórios e contratuais permitirem, os documentos referidos nos arts. 3º e 4º deverão — com antecedência mínima de trinta dias da contratação — ser entregues pela prestadora de serviços:

I - ao fiscal do contrato; ou

II - ao chefe da unidade interessada.

Parágrafo único. Não havendo tempo hábil entre a adjudicação do objeto licitado e a assinatura do contrato para a apresentação da documentação, os documentos referidos nos arts. 3º e 4º poderão ser entregues em até quinze dias da assinatura do contrato.

Art. 7º Deverão conferir se os documentos de todos os candidatos a atuar no âmbito da Polícia Federal foram devidamente preenchidos e entregues:

- I - o fiscal do contrato;
- II - o chefe da unidade interessada; ou
- III - servidor por eles designado.

Parágrafo único. No caso do candidato a estagiário, a documentação será recebida:

- I - pelo fiscal do contrato; ou
- II - pela unidade de recursos humanos responsável.

Art. 8º Documentos rasurados, danificados ou ilegíveis serão desconsiderados.

Art. 9º Os documentos entregues deverão ser:

- I - digitalizados em formato PDF; e
- II - anexados junto com a ficha cadastral no SEI-PF ou SICAD.

Parágrafo único. Na falta de algum documento, no caso de informações incompletas ou para sanar eventuais problemas, o fiscal do contrato ou o chefe da unidade interessada poderá — com antecedência mínima de trinta dias da contratação — acionar:

- I - a prestadora de serviços; ou
- II - o interessado.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE PESQUISA INDIVIDUAL E SOCIAL

Art. 10. Após a conferência, o fiscal do contrato ou o chefe da unidade interessada encaminhará os documentos ao órgão de inteligência local, o qual realizará pesquisa individual e social em sistemas e bancos de dados a fim de verificar o caráter, a conduta e a idoneidade moral dos candidatos nos âmbitos social, funcional, cível e criminal.

Parágrafo único. A pesquisa realizada terá prazo de validade de seis meses.

Art. 11. Quanto aos estagiários, considerando as certidões apresentadas, a pesquisa social somente será realizada após a formalização da contratação com as assinaturas:

I - da instituição de ensino;

II - do agente de integração; e

III do órgão.

Art. 12. A pesquisa referida no art. 10 será realizada, obrigatoriamente, sem prejuízo de consulta nas seguintes fontes:

I - Sinapse;

II - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp;

III - bancos de dados da Polícia Civil do estado ou do DF, se disponível; e

IV - fontes abertas:

a) mecanismos de busca na internet (“Google” etc.);

b) sítios da Justiça estadual (comarca e Tribunal de Justiça) com jurisdição quanto aos locais em que o candidato residiu, nasceu e expediu documentos para carteira de identidade e para a Carteira Nacional de Habilitação, na rede mundial de computadores;

c) sítios da Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da região da jurisdição de residência do candidato, na rede mundial de computadores; e

d) outras instâncias judiciais (STJ, STF, Justiça militar federal/estadual, Justiça eleitoral);

Parágrafo único. Havendo algum indicador ou dado de que a pessoa possua algum processo ou inquérito criminal em outro estado, este também deverá ser consultado.

Art. 13. O candidato será recusado, sem exposição da pesquisa e dos resultados obtidos, verificado:

I - omissão;

II - contradição; ou

III - registros de dados relevantes impeditivos para o desempenho da atividade pertinente na ficha cadastral.

Art. 14. O chefe do órgão de inteligência, em manifestação vinculante, comunicará a recusa ao fiscal do contrato ou ao chefe da unidade interessada que, por sua vez, informará da recusa, se for o caso, para indicar outro candidato em substituição:

I - à prestadora de serviços;

II - à empresa de estágios; ou

III - ao órgão cedente.

Art. 15. O resultado das pesquisas será registrado na tabela (Anexo IV), a qual:

I - será arquivada no órgão de inteligência com tratamento exclusivo em canal de inteligência; e

II - terá validade de 6 (seis) meses para fins de avaliação de solicitação de cadastro de usuário para acesso a sistemas administrativos e excepcionalmente policiais.

CAPÍTULO IV DA ENTREVISTA

Art. 16. Após a seleção dos candidatos indicados pela empresa contratada, poderá ser realizada entrevista prévia com os candidatos pelo chefe da unidade contratante, podendo haver delegação:

I - ao chefe da unidade interessada na contratação; ou

II - à pessoa por ele designada.

Art. 17. Para os estagiários, a seleção ocorrerá por meio de processo seletivo curricular ou edital, mediante o envio do currículo pelo agente de integração ou do estágio obrigatório pela instituição de ensino à unidade de recursos humanos responsável pela seleção.

Parágrafo único. Os estagiários serão submetidos a entrevista prévia pela unidade solicitante — realizada pelo chefe da unidade ou pelo supervisor do estágio — que acompanhará as atividades desenvolvidas pelo estagiário na respectiva unidade.

Art. 18. Os responsáveis pela entrevista ou pelo acompanhamento dos candidatos ficam proibidos de divulgar, por qualquer meio, o resultado das pesquisas.

Art. 19. Para fins de formalização do Termo de Compromisso de Estágio, a entrevista é fase do processo de seleção dos estagiários, cujo resultado será informado:

I - ao agente de integração; ou

II - à instituição de ensino.

Art. 20. O PNIQ assinará Termo de Responsabilidade (Anexo II), inclusive nos casos de prestação temporária de serviços à Polícia Federal.

CAPÍTULO V DO ACESSO AOS SISTEMAS

Art. 21. O PNIQ poderá ter acesso, por meio de perfil específico, aos sistemas corporativos de natureza administrativa não policial.

Art. 22. A fim de ter acesso aos sistemas corporativos de natureza administrativa não policial, o PNIQ deverá:

I - assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS (Anexo III); e

II - receber credencial de segurança, nos termos da legislação vigente, com validade do acesso fixada pelo cadastrador.

Parágrafo único. O cadastrador deverá ser notificado imediatamente acerca do desligamento de usuário, sob pena de responsabilidade.

Art. 23. O perfil de acesso pelo PNIQ aos sistemas e aos bancos de dados de natureza policial é:

I - excepcional; e

II - restrito à necessidade do serviço, em caso de imprescindibilidade para o desempenho da atividade para a qual o PNIQ foi designado.

Art. 24. Não terão acesso aos sistemas de inteligência da Polícia Federal:

I - funcionários de empresas de prestação de serviço; e

II - estagiários.

Art. 25. O chefe da unidade ou o fiscal do contrato é o responsável pelas solicitações de senhas de acesso a bancos de dados para o contratado de sua responsabilidade.

Parágrafo único. No caso dos estagiários, o responsável pelas solicitações de senhas de acesso a bancos de dados é:

I - o chefe da unidade em que se encontra lotado o estagiário; ou

II - o supervisor do estagiário.

Art. 26. Para a concessão de senhas, o órgão de Inteligência deverá realizar novas pesquisas emitindo manifestação pela concessão ou não de acesso.

Art. 27. O chefe da unidade em que o PNIQ exerce suas atividades comunicará imediatamente — sempre que tomar conhecimento de eventual conduta inadequada do PNIQ — por escrito:

I - ao fiscal do contrato;

II - ao chefe da unidade contratante; e

III - ao órgão de inteligência local.

Parágrafo único. O conhecimento de eventual conduta inadequada do estagiário será comunicada pelo supervisor, por escrito:

I - à unidade de recursos humanos; e

II - ao órgão de inteligência.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

Art. 28. No caso de desligamento de PNIQ ou de estagiário, deverá solicitar imediatamente o descredenciamento das senhas de acesso aos bancos de dados:

I - o chefe da unidade; ou

II - o supervisor do estágio em que ele exercia suas atividades.

Parágrafo único. No caso do estagiário, o supervisor também deverá informar imediatamente à unidade de recursos humanos responsável seu desligamento pelo formulário “Estágio – Termo de Desligamento de Estagiário”, disponível no SEI-PF, juntamente com os seguintes documentos:

I - folha de frequência do último mês;

II - formulário “Estágio - Avaliação de Desempenho do Estágio”, disponível no SEI-PF;

III - formulário “Estágio - Comunicação de Recurso de Estagiário”, disponível no SEI-PF, com o(s) período(s) de recesso do contrato vigente; e

IV - “Declaração de Devolução ou Não Expedição de Crachá de Identificação”, expedido pela unidade competente.

CAPÍTULO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 29. Todo Termo de Referência de contratação dos prestadores de serviço e seus respectivos contratos deverá conter cláusulas prevendo expressamente que a prestadora de serviço — com antecedência mínima de trinta dias, salvo em casos de emergência devidamente justificada que impossibilite informação prévia — submeterá ao fiscal do contrato:

I - os nomes dos candidatos ao posto, juntamente com:

a) currículos;

b) fichas cadastrais; e

c) certidões exigidas;

II - o nome do empregado substituto, com:

a) o motivo da substituição; e

b) o prazo da substituição; e

III - a informação de que apenas pessoas previamente cadastradas poderão desenvolver atividades junto às unidades da Polícia Federal em substituição aos empregados.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O PNIQ ou o estagiário que já se encontra em serviço na Polícia Federal deverá preencher a ficha cadastral para fins de pesquisa na forma dessa Instrução Normativa, no prazo máximo de noventa dias após a publicação.

Art. 31. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

(Publicada no BS nº 163, de 26 de agosto de 2020)

ANEXO I SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL FICHA CADASTRAL DIA/MÊS/ANO NOME COMPLETO DO CANDIDATO (SEM ABREVIACÕES)



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO GARRIDO PIMENTEL**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 08/01/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=39049076&crc=FFDA69E1.

Código verificador: **39049076** e Código CRC: **FFDA69E1**.